



MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS: UM ESTUDO DOS TRABALHADORES SAZONAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA LAJE, ALAGOAS

RESUMO

Pretendendo-se compreender as transformações socioeconômicas, políticas e culturais que ocorrem no espaço geográfico e que levariam ao deslocamento da população em vastas porções do território brasileiro, é que convém analisar devidamente quais as forças atuantes e que contribuíram para desencadear o processo de migração em São José da Laje, bem como as transformações históricas e estruturais que dela fazem parte. Partindo desse pressuposto, optou-se por discutir os fluxos migratórios atentando para a mobilidade do trabalho fatigante dos boias-frias, o qual será condição *sine qua non* das discussões aqui referenciadas. É lícito lembrar que estes trabalhadores são as vítimas mais evidentes do processo de desterritorialização, sendo, porém, elementos constituintes da riqueza dos grandes monopólios da cana-de-açúcar, atividade, sobretudo capitalista. É com base nestes preceitos que o trabalho teve por objetivo principal averiguar as relações de poder que se estabelecem através dos fluxos migratórios e as novas territorialidades, identificando também os fatores que impulsionam o movimento da população e os impactos socioculturais causados por esses processos. O trabalho é parte de uma pesquisa exploratória e a metodologia aplicada teve enfoque sócio históricos, estruturais e dialéticos na qual foi levado em consideração à fala e a vivência sociocultural do trabalhador migrante. A pesquisa in lócus demonstrou que o movimento sócio espaciais dos trabalhadores sazonais, tem de certo modo causado uma perda significativa de população. Detectou-se que a cada ano tem sido bastante expressivo o número de migrantes que saem em busca de melhores condições de vida e valorização profissional. A pesquisa demonstrou também que esses trabalhadores são vítimas do processo de desterritorialização, isso porque são forçados a se deslocarem de sua terra natal para desempenharem funções diferentes nas regiões de destino.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos Socioespaciais; Desterritorialização; Trabalho Migrante.

SOCIOSPATIAL MOVEMENTS: A STUDY OF SEASONAL WORKERS IN SÃO JOSÉ DA LAJE (BRAZIL)

ABSTRACT

Wishing to understand the socioeconomic changes, political and cultural factors that occur in geographic space and that would lead to displacement of population in large parts of Brazil, is that which should give due consideration to the forces at work that contributed to trigger the process of migration are José da Laje, as well as the historical and structural transformations that are part of it. Based on this assumption, we chose to discuss the migration mobility of attending to the drudgery of cold-buoys, which is a *sine qua non* of the discussions referenced herein. It is fair to remember that these workers are the most obvious victims of the process of deterritorialization, which, however, elements of the wealth of the great monopolies of cane sugar, activity, particularly capitalist. Based on these precepts that the study aimed to ascertain the main power relations that are established through the migration and new territories, it also identifies factors that drive the movement of population and socio-cultural impacts caused by these processes. The work is part of an exploratory research approach and methodology was applied socio historical, structural and dialectic in which he was taken into account the speech and sociocultural experience of the migrant worker. The research showed that locus in the movement space of the member seasonal workers, has somehow caused a significant loss of population. We found that each year has been quite a significant number of migrants leaving in search of better living conditions and professional development. The survey also showed that these workers are victims of the process of deterritorialization, that they are forced to move from his homeland to perform different functions in the target regions.

KEYWORDS: Sociospatial Movements; Deterritorialization; Labor Migrants.

Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais, Aquidabã, v.3, n.1, Dez 2011, Jan, Fev, Mar, Abr, Mai 2012.

ISSN 2179-6858

SEÇÃO: Artigos

TEMA: Políticas Públicas



DOI: 10.6008/ESS2179-6858.2012.001.0003

Socorro da Silva Onório

Universidade Estadual de Alagoas, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2631237121766234>
socorro_silva@hotmail.com

Claudionor de Oliveira Silva

Universidade Estadual de Alagoas, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/7914499903341694>
claudionor.oliveira@hotmail.com

Recebido: 20/02/2012

Aprovado: 21/05/2012

Avaliado anonimamente em processo de pares cegas.

Referenciar assim:

ONÓRIO, S. S.; SILVA, C. O.. *Movimentos socioespaciais: um estudo dos trabalhadores sazonais do município de São José da Laje, Alagoas. Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais, Aquidabã, v.3, n.1, p.42-59, 2012.*

INTRODUÇÃO

Com o advento da técnica e o processo de mecanização das agroindústrias canavieiras, os trabalhadores bóias-frias serão impedidos de desempenhar a sua função social. Assim pretendendo-se compreender as transformações sócio políticas e econômicas que ocorrem no espaço geográfico e que levariam a mobilidade do trabalhador, é que convém analisar devidamente quais os fatores que contribuíram para desencadear o processo de migração, bem como as transformações estruturais que dela fazem parte.

Na busca de tentar compreender os movimentos socioespaciais da população, será feita uma breve discussão das categorias geográficas 'espaço e território', de modo a ampliar o conhecimento do que venha a ser o conceito mais usual do território hoje, e assim demonstrar as múltiplas possibilidades de se pensar o território não apenas enquanto relações de poder e de apropriação, mas atentar para o estudo das redes sociais de migração, haja vista que um estudo mais aprofundado das redes possibilitará pensar o território não somente como categoria de análise, mais como algo que está a serviço do capital e das empresas globais que estão preocupadas apenas com os seus objetivos precisos e fingem não ver o seu entorno.

As redes, hoje, não devem ser mais vistas como um fator esmagador do território como defendem alguns autores anti-modernistas, mas, como um elemento articulador e constituinte que dele faz parte. Todavia, as redes sociais não tem tido na ciência geográfica o aparato analítico do qual é merecedor de análise sendo, portanto, reduzido as discussões em torno dessa temática, ficando desse modo a mercê de outras ciências sociais, a exemplo da sociologia e da filosofia que por sinal discutem muito bem o assunto. Concepções em torno dessa problemática serão discutidas como forma de fazer uma maior aproximação do estudo das categorias geográficas 'espaço e território' atentando para as metamorfoses que ocorrem no tempo, no espaço e na sociedade impondo regras e novas funções a um espaço característico a (re) produção e sobrevivência do capital.

Analisando por esse ângulo, torna-se perceptível que algumas empresas e até o próprio Estado se tornaram fragmentados, justamente para ceder espaço ao mercado global que mesmo distante mantém desde sempre a pantomima de interesses particulares voltados para atender as suas necessidades. É por essa perspectiva que o território usado deve ser avaliado. É preciso entender e diferenciar o território do espaço, o território é um híbrido formado por uma conjectura global/local regido por uma nova ordem econômica exógena que (re) territoriliza e que impõe regras e limites a cada lugar.

A pesquisa *in lócus* vem demonstrar que os movimentos sócio espaciais dos trabalhadores sazonais para outros Estados brasileiros, a exemplo do Estado do Mato Grosso do Sul que é o maior receptor de migrantes do município, têm de certo modo causado também uma perda significativa de população. No último decênio, constatou-se que têm sido bastante expressivos o número de pessoas que se deslocam do município para outras regiões do país.

Todavia, é bom que se afirme que essa hierarquia presente nas pequenas células territoriais mantém a forjada sincronia dos Estados Nação com outros territórios mais dinâmicos contribuindo para o deslocamento dos trabalhadores, tudo em prol do suposto desenvolvimento. Em outras palavras, o deslocamento da mão de obra de uma determinada região para outra, ocorre por conta da ação multifacetada da classe hegemônica que de certo modo impulsiona a mobilidade do trabalho e que sobremaneira ocorre sob a égide do Estado dominante.

REVISÃO TEÓRICA

Espaço e Território: Categorias Centrais da Geografia

A definição de espaço e território não é tarefa das mais fáceis, haja vista que às vezes tendem a se confundir. As categorias geográficas precisam ser melhor analisadas dentro de uma perspectiva holística da realidade daquilo que venha a ser o espaço midiaticizado e o território concreto e mais usual na contemporaneidade a exemplo da sociedade em rede tão em voga atualmente. O território pode ser compreendido como um conjunto onde as redes e os nós se entrecruzam e se complementam através das múltiplas relações individuais e coletivas que se estabelecem em um campo de poder. Categoricamente falando, o espaço e o território dificilmente serão compreendidos sem se fazer um estudo do que venha a ser também o lugar.

Sousa (2007, p.105, citado por GOMES, 2002; CARLOS, 1996), entende lugar, como sendo “o local da existência, da coexistência, da presença, da solidariedade, do acontecer solidário, da dimensão do espaço cotidiano, do singular e do subjetivo. Trata-se do próximo, do arredor, do espaço vivido e percebido”.

Para estes autores, o lugar é o local onde as contiguidades se fazem presentes e aonde as relações se estabelecem e se reproduzem. É no lugar onde a questão da identidade dos indivíduos com o lugar se revela e se recria levando em conta o passado, o presente e o devir.

Quanto a definição de espaço, o mesmo pode ser entendido como um produto social e que sofre constantes transformações, pois, os espaços não permanecem para sempre os mesmos, nem tampouco deixam de ganhar novos atributos sociais, a própria sociedade em rede é, por conseguinte, o elemento constituinte do espaço que lhe dá forma e vida atribuindo a ele novas funcionalidades. É justamente dessa relação de revanche “ação/reação” que surgem as múltiplas complexidades no espaço.

Com relação ao espaço visto pelo ângulo das redes sociais e do poder exercido por trás das redes, Santos (2008, p.86-87) afirma que:

O espaço é, também e sempre, formado de fixos e fluxos [...] os fixos provocam fluxos em função de seus dados técnicos, que são geralmente locacionais, mas também em função dos dados políticos. Os fixos, como instrumento de trabalho, criam massas. Mas não basta criar massas, impõe-se fazer com que se movam. E a capacidade de mobilizar uma massa no espaço é dada exatamente pelo poder econômico, político ou social – poder que, por isso, é maior ou menor segundo as firmas, as instituições e os homens em ação.

Para Raffestin (1993, citado por HASBAERT et al., 2006, p.59), “o espaço é anterior ao território, este resultado da apropriação e/ ou dominação daquele pela sociedade: “É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território”. [...] Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator ‘territorializa’ o espaço”.

Concordando com Raffestin (1993), Haesbaert e Becker (2006), quanto ao território como espaço de poder, têm-se pelas ideias dos autores que ambas as categorias são apocopadas sob um mesmo sistema determinados por relações de poder que se estabelecem a partir da dominação de uma área geográfica, ora comandada por atores hegemônicos do sistema capitalista, ora aparecem multifacetados nas próprias relações sociais entre os agentes sociais com poderes políticos e econômicos distintos, pois (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p.21), entende que:

[...] o uso do território pode ser definido pela implantação de infraestrutura, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. [...] São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da industrialização e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico.

Essa (re) configuração espacial citada por Santos e Silveira (2005) ocorre em várias partes do mundo. No Brasil, isso não poderia ser diferente não é mesmo? O dinamismo do movimento no território brasileiro seja ele econômico ou social é um exemplo da nova ordem global imposta aos lugares, pois o país tornou-se tão fluído ultimamente, justamente para ceder espaço à lógica imperativa do capital.

O Território e as Redes Sociais de Migração

Hoje, torna-se imprescindível discutir os fluxos migratórios analisando a lógica imperiosa do capital e não somente a relação política e simbólica, mas é preciso rever os conceitos quanto ao território das redes sociais de migração, a exemplo dos movimentos socioeconômicos, políticos e culturais. Estudos voltados para essa temática é um trunfo fundamental para se compreender a sociedade atual.

Destarte, diferentemente do que discutem os autores materialistas os quais afirmam que as redes podem a vir substituir os territórios, Santos (2005, p.7) em sua obra “o retorno do território” faz um contraponto relatando que:

O território, hoje, pode ser formado de lugares contínuos e de lugares em rede: são, todavia, os mesmos lugares que formam as redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas.

As colocações feitas por Santos (2005) são por vezes convergentes com o pensamento de Haesbaert (2006), quando, por exemplo, Haesbaert afirma que o território se opõe a rede, para ele a rede participa de processos de territorialização, ela pode se tornar dominante, estável e

enraizadora, afirma ainda que a própria rede pode até mesmo se confundir com o território e que ela está ligada mais as questões políticos-culturais de apropriação e domínio do que ao capital que é um processo desterritorializador e sem pátria. Enquanto que para Santos (2008) o território se constitui também na e/ou pela rede, ou por melhor dizer, “o território recebe ainda atribuições humanas que vai muito além das redes”. As redes podem ser representadas pelas verticalidades, e existem forças exógenas que comandam as ações sobre o lugar independente da sua escala. Ademais, quanto menor for o lugar maior é o poder de controle sobre ele, assim para este autor as redes constitui apenas um recorte espacial onde poucos se apossam dele é o que o autor denomina também de “global e local” sendo que o local é monitorado pelo mundo global.

Santos (2008) nos convida a fazer um estudo do espaço banal em oposição à rede. O espaço banal seria as horizontalidades que é algo mais proximal e que revela as contiguidades presentes em um determinado espaço, mesmo apresentando-se enfraquecidas atualmente. Já as redes, constituem uma realidade nova e representaria as verticalidades onde as distâncias seriam de certa forma interconectada por pontos ligados por ações sociais, seria desse modo representado como uma parcela do espaço e não como o espaço de todos “para todos”, ou seja, as redes para este autor acabam por ser seletiva para alguns. Santos valoriza o pensamento de François Perroux chamando a atenção para o seguinte: “a ideia de espaço banal, mais do que nunca, deve ser levantada em oposição à noção que atualmente ganha terreno nas disciplinas territoriais: a noção de rede”.

Estas verticalidades auferidas por Santos (2005, p.9) podem ser vistas como o controle distante, localmente realizado sobre a parcela política da produção, é feito por cidades mundiais e os seus “relais” nos territórios diversos. O resultado é a aceleração do processo de alienação dos espaços e dos homens do qual um componente é a enorme mobilidade atual das pessoas: aquela máxima do direito romano, “*ubis pedis ibi pátria*” [que quer dizer] “onde estão os pés aí está a pátria”, hoje perde ou muda seu significado.

Têm-se desse modo que as redes carecem de maiores análises haja vista que o território hoje se tornou mais dinâmico e fluido e dessa fluidez e complexidade que as redes encontram-se conectadas a desterritorialização promovidas, sobretudo pelo mundo globalizado que favorece a elite planetária separando ricos e pobres, acarretando no processo de exclusão social sem precedentes. É partindo dessa análise que as redes sociais de migração precisam ser compreendidas haja vista que ela não tem tido na ciência geográfica o aparato analítico do qual é merecedor de análise, ficando desse modo à mercê de outras ciências sociais, a exemplo da sociologia e da filosofia que por sinal discutem muito bem o assunto. É por estes e outros paradigmas que se pretende aqui fazer um pequeno contraponto entre as redes sociais de migração valorizando os conhecimentos geográficos e mostrar que a geografia pode contribuir, e muito, para difundir estes conceitos.

Os Movimentos Migratórios e as (Des) Territorialidades: Quais as Forças Atuantes?

O processo de desterritorialização em sentido estrito visto pelo ângulo da perspectiva dialética e cultural pode ser melhor compreendido a partir de um trecho do poema “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias:

“Minha terra tem palmeiras, onde canta o sabiá; As aves, que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá. [...] Minha terra tem primores, que tais não encontro eu cá; Em cismar – sozinho, à noite – Mais prazer encontro eu lá; Minha terra tem palmeiras, onde canta o sabiá. Não permita Deus que eu morra, sem que eu volte para lá; Sem que desfrute os primores que não encontro por cá; Sem qu’inda aviste as palmeiras, onde canta o sabiá”.

Apreende-se também com o poema que mesmo que a pessoa migre para outras regiões ela carrega consigo os seus costumes, suas crenças e valores, e que ao chegar ao local de destino essas características talvez não sejam perdidas podendo ser adicionado a elas novo signos que terão significados diferentes daqueles apreendidos anteriormente. É nesse sentido que o novo passa a ser estranho para os migrantes recém- chegados, quando mesmo por forças das circunstâncias se vêm obrigados a permanecerem longe de seus familiares e de sua terra onde construíram laços de afinidade com o lugar, essa indiferença pode acontecer tanto no início do processo de migração ou até mesmo para os migrantes que se deslocam com bastante frequência.

Haesbaert (2006. p.65) corrobora, vendo a desterritorialização como um movimento que, longe de estar fazendo desaparecer os territórios, ou mesmo de correr “paralelo” a um movimento territorializador, geralmente mais tradicional, deve ser interpretado como um processo relacional, des-re-territorializador, em que o próprio território se torna mais complexo, múltiplo, por um lado mais híbrido e flexível mergulhado nos sistemas em rede, multiescalares, das novas tecnologias da informação e, por outro, mais inflexível e fechado, marcado pelos muros que separam ricos e pobres, grupos ‘mais’ e ‘menos seguros’, mais e menos ‘territorializados’.

Tendo por base as ideias dos autores supracitados entende-se por desreterritorialização, a fragmentação dos territórios em detrimento da criação de outros promovidos, sobretudo, pelo atual modelo capitalístico que obedece a forças centrípetas do mundo globalizado que desconhece qualquer regra ou hierarquia que não seja a sua.

Assim a desterritorialização de certo modo é um produto da globalização perversa e é negativa do ponto de vista sociocultural, enquanto que do ponto de vista do capital ela passa a ser positiva porque favorece apenas aos grupos hegemônicos.

As Agroindústrias Canavieiras e as Novas Territorialidades

A descentralização industrial dentro do território brasileiro foi provocada por vários fatores com destaque para o Proálcool e o desenvolvimento das técnicas. Em meio a essas metamorfoses, os espaços (re) configuram-se dando lugar ao novo. Emerge assim, uma demanda

de emprego nas áreas onde o capital se instala com grande força. Analisando por esses paradigmas, vê-se que as novas exigências do mercado capitalista/tecnicista, apoiados pela ação multifacetada do Estado e pelo poder hegemônico presentes em cada fração territorial impõem uma lógica de ultra-monopolização do capital, conseqüentemente, isso levou as indústrias a se instalarem em outros sítios bem mais dinâmicos promovendo desse modo uma nova territorialidade.

É nesse sentido que Oliveira (2009, p.382) afirma que:

Esse contexto da crise e reestruturação imprimiu uma nova dinâmica ao agronegócio canavieiro. A desativação e/ou a migração de capital e de plantas fabris (especialmente do Nordeste para o Centro-Sul) provocou, por um lado, a redução da oferta de emprego e aumento do desemprego em seus locais de origem. Por outro lado, fez crescer a oferta de emprego nos locais onde o capital e as unidades processadoras se territorializaram, estimulando assim a mobilidade temporária e precária do trabalho, especialmente para as lavouras de cana.

No que concernem às agroindústrias canavieiras, Silva (1997, p.17), relata que:

[...] As novas plantações [de cana-de-açúcar] surgidas, em particular nos anos 80, além de incorporarem o que havia de mais moderno do ponto de vista tecnológico para o setor, transformaram completamente o panorama de municípios, antes tipicamente policultores [...]. Com isso, a sazonalidade do emprego ganhou também novas dimensões, geográficas e sociais. Do ponto de vista do trabalhador, o crescimento da sazonalidade do trabalho, na década dos 70 (sic), acentuou a questão do desemprego aberto nas épocas da entressafra. E do ponto de vista dos empresários aumentou a demanda pela força de trabalho nos momentos de pico, em especial por ocasião do início da safra de cana.

Ainda segundo Oliveira (2009) associada à derrocada do Proálcool, desregulamentação com a redução dos subsídios e da influência do Estado, bem como a implementação das políticas neoliberais, a crise dos anos de 1990 conduziu, especialmente no Nordeste, várias agroindústrias canavieiras à falência. Esses fatores somados à conjuntura da economia mundial desencadearam também o âmbito do capital agroindustrial canavieiro e o processo de reestruturação produtiva, com a adoção de novas referências tecnológicas e novas formas de gestão e controle da produção e do trabalho.

Ao discutir o conteúdo normativo do território quanto aos aspectos econômicos, Haesbaert (2006, p.60) assinala que:

A questão é que as condições locais não desapareceram, mas mudaram de conteúdo – por exemplo, incorporando fatores ligados ao setor financeiro, à densidade do aparato tecnológico disponível e aos incentivos fiscais localmente oferecidos. Por outro lado, a “localização” em sentido amplo é revalorizada justamente porque, num mundo tão “móvel”, o fato de estar localizado é um trunfo a ser usufruído. Valorizando mais os aspectos sociais do que os culturais.

Haesbaert vê nos territórios e na sociedade algo relacional e coexistente que se reconfiguram e se moldam a depender das configurações postas pelo sistema capitalista e pelo seu caráter funcional e não apenas simbólico.

Esses e outros exemplos fazem parte da mobilidade do capital, assim as agroindústrias canavieiras deixam de investir em um local, e passa a investir em outros locais que atendam aos seus reais interesses e também aos interesses de outros atores hegemônicos. Vale salientar que

nessa busca mercadológica pelo espaço, não apenas o homem passa a ser mercadoria disputada mais os vários elementos que constituem o espaço. É nesse sentido que Santos (2007, p.143) vem afirmar que:

[...] O poder público também colabora para a supervalorização de certas áreas, para o melhor êxito da especulação, para a maior anarquia das localizações e dos fluxos, para o empobrecimento cumulativo das populações. Ao empobrecimento pela economia, isto é, pelo mercado, junta-se (sic) o empobrecimento pela má organização do território pelo poder político.

Diante do exposto envolvendo essas novas lógicas territoriais, depreende-se que o Brasil vive hoje um momento histórico um pouco controverso no que se refere à crise dos lugares ou a própria crise das relações sócio espaciais que se estabelecem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Caracterização da área de estudo

O município de São José da Laje localiza-se na Região Norte-Nordeste do Estado de Alagoas, limita-se ao Norte e Oeste com o Estado de Pernambuco, a Sul com União dos Palmares e Santana do Mundaú e a Leste com o município de Ibateguara. Ocupa uma área de 227,67 Km². Está inserida na Mesorregião do Leste Alagoano e na Microrregião Serrana dos Quilombos. Suas coordenadas geográficas estão entre 09°06'36,0" de latitude Sul e 36°03'28,8" de longitude Oeste. (MASCARENHAS; BELTRÃO; JUNIOR, 2005). A maior parte dos moradores residem no Bairro Padre Pinho. Convém referir que uma boa parcela da população desse bairro sobrevive com auxílio de programas do governo federal a exemplo do Programa Bolsa Família.

No bairro Padre Pinho habitam as pessoas mais pauperizadas do município. O bairro não possui uma boa infraestrutura. As ruas não são pavimentadas e a população in sítio não dispõe de água encanada, o que de certo modo demonstra a ausência do poder público naquele local. O tecido urbano apresenta-se contornado por grandes extensões de terras com plantações de cana-de-açúcar, onde a vegetação apresenta-se praticamente devastada pela monocultura da cana.

O município conta com uma economia baseada na agropecuária com uma significativa produção agrícola bem diversificada com lavouras permanentes e temporárias. Dispõe também de uma indústria sucroalcooleira "Usina Serra Grande" instalada na malha territorial da zona rural a qual responde por boa parte das ofertas de emprego tanto no campo como na indústria, sendo, portanto uma das detentoras da monopolização do capital no município.

Convém referir que quando uma cidade se apresenta sobre os aspectos socioeconômicos citados anteriormente, ela se encontra com um ramo de economia totalmente fechada e centrípeta, pois os interesses se voltam para o seu centro apenas, impedindo sobremaneira, que outras atividades se espriem para além de suas bordas. Isso por si só demonstra porque o município não se desenvolve economicamente, talvez seja porque as principais atividades desenvolvidas in lócus são portadoras de uma política econômica fragmentária e rudimentar.

Reconfiguração do Trabalho Escravo: Mudança de Cognome

Em um período não muito remoto, a principal atividade econômica da época do período colonial era a agricultura. Durante essa época, houve a entrada de grandes contingentes de imigrantes no Brasil. Num primeiro momento os negros africanos eram trazidos à força para o território brasileiro para trabalharem também como escravos na lavoura da cana-de-açúcar, com o passar dos anos, esse trabalho foi se tornando muito rentável para os donos de engenhos de modo a aumentarem a quantidade de seus engenhos. Num segundo momento, em meio à derrocada da cana-de-açúcar emerge outra atividade bem mais rentável naquele período, “o cultivo do café”. Essas duas culturas as quais eram as mais importantes da época careciam de mais mão de obra atraindo sobremaneira pessoas de outros países para trabalhar nas lavouras da cana e do café.

Destarte, reportando-se a cultura da cana-de-açúcar, o homem tido como escravo via-se obrigado a trabalhar para os grandes proprietários dos engenhos de açúcar e em troca tinha comida e moradia vivendo em condições de suma escravidão.

O motivo de se iniciar com esta discussão deve-se ao fato de que no Brasil, o trabalho escravo, infelizmente, ainda persiste em existir mesmo que disfarçadamente. No município em estudo isso não é diferente. Durante as pesquisas realizadas in lócus foi possível detectar que infelizmente o trabalho degradante nas lavouras de cana-de-açúcar é uma prática constante e o trabalho exercido por esses profissionais chega a ser extremamente cansativo. Sem contar que vive a maior parte do seu tempo confinado em meio aos canaviais distanciando-se também de participar da vida urbana.

Em depoimento coletado pelos entrevistados eles afirmaram não receber o seguro por tempo de serviço, alguns disseram também receber menos de um salário mínimo, o que chega a ser um descumprimento da lei trabalhista e um descaso por parte do poder público local.

Para confirmar o que se discute quanto ao trabalho escravo, Alves (2003, citado por CARVALHO, 2008, p.1-2) discorre muito bem sobre o assunto:

[...] A atividade do corte de cana exige dos trabalhadores um esforço elevadíssimo, digno de um atleta, ao caminhar, golpear, contorcer-se, flexionar-se e carregar e descarregar peso; [...] O trabalhador que corta em média 12 mil quilos ao dia anda 8.880 metros; dá 366.300 golpes de facão e faz em média 36.630 flexões com as pernas e entorses torácicos para golpear a cana. Para juntar as 12 toneladas ele percorre a distância de 1,5 a 3 metros, 800 vezes, carregando feixes de 15 quilos por vez, portanto, realiza no mínimo 800 trajetos 800 flexões. O cortador traja uma indumentária que o protege da cana, mas aumenta sua temperatura corporal. A perda de água pelo organismo pode chegar a oito litros por dia, em média.

Presume-se pelas palavras dos referidos autores Alves (2003, citado por CARVALHO, 2008) que o corte da cana é uma atividade extremamente exaustiva. Os exercícios ergométricos aplicados no trabalho por força da necessidade de sobrevivência e pela exigência do capital deixa nítido que o cortador de cana torna-se escravo do seu próprio trabalho.

Segundo Alves (2003, citado por CARVALHO, 2008), “o corte de cana é uma atividade perigosa e insalubre, que aniquila mental e fisicamente o cortador. [...] esse esforço é muito perigoso para a saúde dos trabalhadores, que estarão condenados, em poucos anos devido à alta frequência exigida no corte pela indústria do etanol”.

Vê-se desse modo, quão alarmante é o trabalho exercido por estes profissionais do corte de cana. Nestes termos, são trabalhadores forçados a se submeter às regras impostas pelo capital e fazer parte de uma negociação de troca que extravasa os limites da raça humana onde o homem passa a ser uma mercadoria e tem um preço, o preço é o produto do seu trabalho que desde os tempos da colonização sempre foi explorado de forma predatória e degradante. Isso pode ser verificado com mais clareza no depoimento de um dos entrevistados:

A gente é obrigado a se levantar ainda de madrugada pra pegar no batente e ir pra o “eito” da cana. A gente leva pro serviço a marmita com o alimento e um garrafão d’água. A gente travaia aqui sem carteira assinada, em terra particular, é por isso que muitos vão embora daqui, só travaia no corte da cana quem tem corage, o travaio é muito cansativo e deixa a gente moído, nós também não vê outa saída pra se manter, por isso a gente faz esse serviço. (J.A.S, casado, 38 anos).

A palavra ‘eito’ no dicionário Aurélio (2000, p.251) quer dizer “trabalho intenso; roça onde trabalham escravos”. Logo, vê-se que estes trabalhadores do corte da cana e o colonialismo não deixaram de existir, eles apenas mudaram de nome e ganharam uma nova roupagem, pois a escravidão insiste em existir com seus estereótipos que ainda se fazem presente nas vidas dessas pessoas, na maioria dos casos, a história se repete, especialmente entre indivíduos de cor negra e que são portadores de uma mesma cultura herdada de seus antepassados.

Uma realidade triste de constatar e que chamou a atenção, foi ver em meio aos canaviais pessoas idosas e crianças realizando esse tipo de trabalho, todavia, é necessário relatar que os idosos que foram encontrados trabalhando no corte da cana não fizeram parte da pesquisa, pois se negaram a responder a qualquer tipo de questionamento, talvez por medo de sofrer qualquer tipo de represálias por parte de seus patrões. Quanto às crianças que foram vistas trabalhando nestes locais, as mesmas são filhas dos cortadores de cana. Quando questionados sobre o problema, os responsáveis disseram que sabem que é errado e que fazem mal para os seus filhos, mas é uma maneira de ajudá-los a ganhar um trocado a mais para garantir o sustento da família, pois eles não possuem carteira assinada e ganham por produção. Com relação ao sistema de ganho por produção Silva (1997, p.165) colabora afirmando que:

[...] O sistema de pagamento por tonelada – seja por amostragem, seja pelo “talhão fechado”- fere dois princípios básicos do direito do trabalhista: o do ganho conhecido e o da produção do salário. [...] O sistema de pagamento por tonelada não é um critério de avaliação objetivo e simples do ponto de vista do trabalhador: o é para o patrão, que recebe o pagamento da cana também por tonelada e através de uma simples subtração da despesa com a colheita obtém um valor que indica a sua margem bruta de lucro. [...] esse sistema não permite ao trabalhador fiscalizar o seu salário. No caso da amostragem, a fiscalização implicaria em acompanhar o carregamento e a pesagem da cana na usina, o que poderia ser feito por alguns trabalhadores escolhidos na própria turma; no caso do “talhão fechado”, teria que haver uma fiscalização permanente na balança da usina e no

escritório da empresa, o que é impensável no atual estágio das relações capital-trabalho no campo brasileiro.

Em consonância com o discutido por Silva (1997) o autor deixa claro que o trabalho por produção explora muito mais o trabalhador, porque na maioria das vezes ele é obrigado a percorrer vários trechos de cana, subir e descer ladeira, almejando uma maior produção e ganhos melhores. Do ponto de vista do capital, a produção é benéfica para os empresários do setor açucareiro, porém degradante para o trabalhador, porque além de despender durante o trabalho toda a sua força física, o trabalhador é enganado porque ele não participa dos ganhos da produção, especialmente se a quantidade de cana cortada for computada pelo sistema de talhão fechado, isso porque a cana fica exposta durante dias a temperatura ambiente o que faz com que ela perca propriedade no peso.

Chega a ser irrisório o ganho que estes trabalhadores ganham por um dia de trabalho, especificamente quando trabalham em terras particulares, nestes sítios constatou-se que alguns chegam a ganhar menos de R\$17 por dia de trabalho contabilizando menos de um salário mínimo ao mês. Desse modo, estes heróis da cana são desprovidos dos direitos trabalhistas, isso demonstra o descaso e a inércia do poder público, e que talvez, se deva ao fato de que quem comanda são os latifúndios instalados in lócus apoiados, sobretudo, por políticas fetichistas que fingem não vê o entorno.

Segundo Oliveira (2009, p.387-388) “Embora o trabalhador seja ‘livre’, é desprovido das condições básicas de sobrevivência, sua e de sua família, sendo obrigado por força das circunstâncias a vender sua força de trabalho e a se submeter aos ditames do capital”. Em sentido pragmático, é inadmissível que ainda assim permaneça a miopia e a esquizofrenia congênita a estes espaços, ‘espaços opacos’ ou ‘vazios’, os quais são constituídos por elementos talvez ‘invisíveis’ para alguns, ‘mas que são reais’.

Mãos que Trabalham: Produto da Riqueza Invisível

Quando questionados se sofriam preconceito com relação a sua profissão, quase todos responderam que nunca sofreram preconceito nem aqui, nem no lugar de destino. O que chama atenção é que mesmo que eles não percebam, eles sofrem sim abusos e preconceitos quando, por exemplo, recebe a denominação pejorativa de boias-frias, pretende-se com isso não discriminar ainda mais a categoria desses trabalhadores mais apontar caminhos que levem a uma maior reflexão acerca do debate, pois como se sabe, eles são produtos da riqueza dos grandes monopólios da cana-de-açúcar.

Afora a crítica do tipo de função que desempenham, a mesma pode ser compreendida como a mera troca comercial do ‘ter sobre o ser’, ou por melhor dizer de uma relação puramente mercantil, onde a mercadoria é o próprio homem que para manter as condições básicas de sua sobrevivência e de seus familiares é forçado a vender a sua força de trabalho vivendo a maior

parte do dia em extrema condição de exploração e miséria, arriscando as suas vidas nos terrenos íngremes dos canaviais, debaixo de um sol escaldante sem nenhuma proteção individual. O trabalho desempenhado por eles é um tipo de relação desigual que beneficia unicamente o agronegócio canavieiro. Quando questionados sobre os fatores que os leva a sair de sua cidade de origem para residir em outra região, os respondentes afirmaram que:

“Aqui eles paga pouco e explora muito” (V. P. L, casado, 34 anos).

“O dinheiro é muito pouco e o trabalho é muito” (C. G. D. S, solteiro, 23anos).

“Por que aqui a gente num tem direito, e lá fora paga tudo que a gente tem direito, lá nós tem direito o seguro, aqui não”. (J. A.D. S, casado, 38 anos).

“Busca de emprego. O salário lá fora é melhor. O peão lá fora é mais valorizado”.
(E. M. S. casado, 31 anos).

“Melhorar a minha vida e a vida da família”. (R. M. O, casado, 28 anos).

Ainda segundo a fala dos entrevistados, o salário que ganham não dá sequer para sobreviver o mínimo com dignidade é por isso que muitos vão embora da cidade, porque ela não oferece nenhum recurso para eles.

Dado o exposto, estudos revelam que o cortador de cana pode vir a desenvolver em um pequeno período de tempo problemas na coluna por conta das várias contorções que faz durante o trabalho, sem contar que ainda corre o risco de ser vítima do próprio instrumento de trabalho por ser um instrumento perfuro cortante ou ainda ser vitimado por animais peçonhentos, principalmente se a cana não for queimada por completo, sem contar também que a fuligem da queima da cana pode ocasionar sérios problemas respiratórios.

Detectou-se em outro momento da pesquisa que alguns dos trabalhadores que já realizavam a migração para as agroindústrias foram submetidos a exames clínicos antes de viajarem, desse modo, aqueles que por ventura apresentavam algum problema de saúde tiveram suas carteiras recolhidas sendo impedidos de embarcarem porque já se encontravam enfermos, assim não serviam mais para a empresa. Isso também pôde ser comprovado durante uma conversa gravada com o agenciador onde ele afirmou que: “Os trabalhadores fazem os exames de praxe porque eles não podem sair daqui com nenhum problema de saúde, então para que a empresa não seja prejudicada ela pede que façam os exames, tudo sai por conta da empresa. O trabalhador não arca com nenhuma despesa nos exames”. É perceptível pelas palavras do agenciador que a relação entre o trabalhador e a empresa contratante é uma relação desigual, pois o cortador de cana só é útil para as usinas até o momento em que ele não apresente nenhuma perda nos lucros da empresa.

A pesquisa também revelou que boa parte dos trabalhadores se encontra em situação de super exploração do trabalho, alguns deles trabalham nos canaviais ganhando menos de um salário mínimo ao mês (Quadro 01). Isso chega a ser um descumprimento da Lei e um desrespeito ao próprio trabalhador.

O Art. 7, inciso IV da Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988) dispõe que é um direito do trabalhador ter um salário mínimo pela sua jornada de trabalho que atenda as necessidades básicas sua e de sua família.

Outro fator de desigualdade socioeconômica pôde ser verificado com relação à desigualdade de renda entre os dois municípios (de origem e de destino), bem como a diferença salarial do (agenciador) que ganha em média o correspondente a R\$ 3.815,00 se comparado a renda dos trabalhadores do corte de cana (Quadro 01).

Quadro 01: Demonstrativo de renda dos trabalhadores segundo a localização.

Nº. de pessoas	Renda salarial no local de origem (R\$)	Renda salarial no local de destino (R\$)	Não opinaram
10	450,00	800 a 1200,00	2
26	545,00	1200,00	4
8	800,00	1900,00 a 1200,00	2
7	-	700,00 a 1200,00	2
1	-	3.815,00	-

Os resultados obtidos comprovam que a desigualdade de renda entre os municípios de saída e de destino dos migrantes é muito desigual. A maioria Dos trabalhadores para alcançar a maior renda apresentada na tabela tem que cortar em média mais de 12 toneladas de cana ao dia chegando a trabalhar incansavelmente para obter ganhos melhores.

O valor do cidadão muda constantemente, isso por que:

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independente de sua condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as mais, ou menos, o cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde está. (SANTOS, 2007, p.107)

Conclui-se com isso que ao mesmo tempo em que o sistema capitalista impõe regras, acaba também por arrancar dos indivíduos a sua essência de cidadão, é como se as pessoas fossem sendo minguando e/ou reduzidas ao quase nada. Decerto, posto o cenário para que o evento se concretize, vive-se o ilusório, então o homem dito cidadão passa a viver no mundo das fábulas, como diria o geógrafo Milton Santos (2007), e assim se acredita ter direitos quando na verdade não os tem.

Nesse contexto cabe aqui destacar que as agroindústrias açucareiras se eximem de seus compromissos para com estes trabalhadores, deixando os agenciadores mais conhecidos como 'gatos' arcar com as consequências caso lhe seja cobrado algo que é de direito do trabalhador. Um exemplo disso é a forma como os deslocamentos acontecem, as empresas enviam os transportes para o recrutamento dos trabalhadores e eles viajam agenciados pelo "gato" como se estivessem fazendo uma rota turística, tudo como uma forma de dispensar qualquer tipo de fiscalização.

Constatou-se que a maioria dos trabalhadores já sai da cidade com destino certo, porém verificou-se que outros agem na clandestinidade, ou seja, saem em busca de um emprego

'incerto' sai de um lugar para lugar algum, pois não sabem ao certo para onde ir. Ao que parece, o trabalhador sofre o processo de desterritorialização quando por força das circunstâncias é desprovido de exercer a sua função social no lugar onde ele se manteve ativo durante toda a sua vida e quando são também impossibilitados de garantir o seu sustento e de sua família. Nestes termos, pode ocorrer uma nova territorialização quando, por exemplo, o indivíduo fixa residência no novo território, como já acontece.

O Trabalhador Migrante e a Questão da Educação

De acordo com as informações coletadas, constatou-se que 11 desses trabalhadores totalizando homens e mulheres possuem o ensino fundamental completo, se somados os dois gêneros 25 desses trabalhadores possuem o ensino fundamental incompleto, e apenas 6 pessoas possuem o ensino médio completo, 4 possuem o ensino médio incompleto, enquanto que os outros 6 restantes se enquadram na categoria dos analfabetos (Gráfico 01).

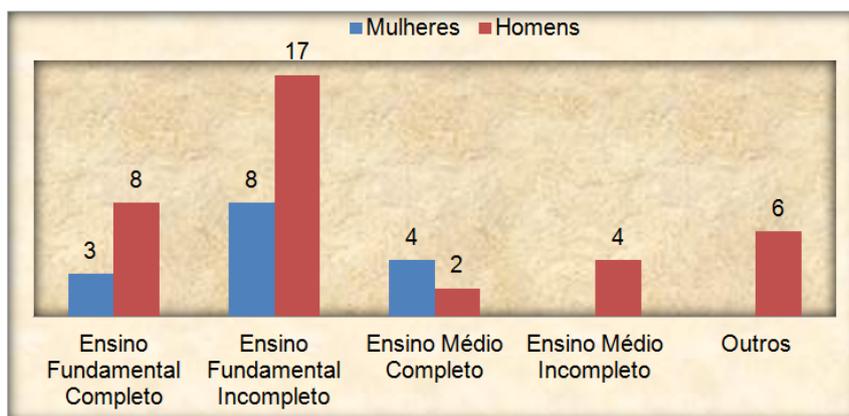


Gráfico 01: Taxa de Escolaridade dos homens e mulheres migrantes.

Os dados qualitativos (mais gente escolarizada) e quantitativos (mais gente pobre) vêm demonstrar as contradições do período técnico-científico-informacional. Doravante, o corte de cana-de-açúcar era feito por pessoas que não dispunham até então de nenhuma escolaridade. Hoje com o desemprego estrutural presente em várias frações do território brasileiro, esse quadro mudou. Muitos jovens sentem-se forçados a abandonarem os seus estudos para migrarem para outras regiões mais dinâmicas com a promessa de melhoria de vida e emprego garantido. Assim, os estilos de vida imposto pela globalização e alicerçados pelas características do modo de produção capitalista contribuem para aumentar os problemas e as contradições, no entanto, o que ocorre na maioria das vezes é que estas pessoas ao chegarem ao local de destino passam a viver em situações precárias, talvez pior do que a que eles viviam anteriormente no local de origem é o que o geógrafo Milton Santos afirma em um de seus discursos “você deixa de ser pobre em um lugar e vai ser pobre em outro”.

No que tange ao perfil profissional das pessoas envolvidas na pesquisa, constata-se que esses trabalhadores são vítimas também do processo de desterritorialização, haja vista que no

período da entressafra, estes trabalhadores são forçados a se deslocarem de seu território para desempenharem funções diferentes nas regiões sucroalcooleiras de outros Estados brasileiros especificamente na Região do Mato Grosso do Sul (Quadro 02).

Quadro 02: Perfil profissional dos trabalhadores sazonais segundo o gênero.

Profissão /local de origem	Profissão/local de destino	Nº de Homens	Nº de Mulheres
Doméstica	Aux. de Serv. Gerais	-	11
Bóia-fria	Fiscal	1	-
Motorista	Motorista	1	-
Pedreiro	Bóia-fria	3	-
Vigilante	Bóia-fria	1	-
Servente de pedreiro	Bóia-fria	5	-
Trabalhador rural	Bóia-fria	19	-
Vendedor	Bóia-fria	2	-
Outros	-	5	4

Para Oliveira (2009, p.389) se levar em consideração que na entressafra esses trabalhadores podem ser num dia porteiro, num outro segurança, num outro vivenciar o desemprego, etc. No período da colheita de cana-de-açúcar ele se desterritorializa na medida em que deixa as atividades e os territórios urbanos para se re-territorializar no trabalho da lavoura de cana, enquanto trabalhador rural assalariado, portanto, cortador de cana.

Fatores que Impulsionam o Deslocamento dos Trabalhadores

Na tentativa de buscar identificar os fatores que impulsionam o deslocamento dos trabalhadores sazonais no município em estudo, percebeu-se que é de suma importância discutir nos dias atuais os fluxos migratórios levando em consideração os fatores de atração e de expulsão, características não tão óbvias e que passam até então despercebidas para alguns, “ao menos é o que parece”.

Conforme aparece explícito no Gráfico 02, depreende-se pelos depoimentos dos respondentes que a saída da população para outras regiões se relaciona dentre outros motivos às questões socioeconômicas e culturais, sendo, portanto, descartada no momento, o estudo em si, da teoria neoclássica da migração, porque nestes termos apenas 2% dos entrevistados afirmou migrar por vontade própria. 6% dos respondentes afirmaram migrar por conta da violência no local de origem não sendo, portanto, levado afincos esta afirmação, haja vista que os mesmos por alguns momentos apresentavam dúvidas com relação a sua resposta.

Convém referir que nos dias atuais, os deslocamentos populacionais têm provocado uma perda de contingente populacional. Esse fenômeno pode ser ocorrente especificamente em regiões agrícolas, onde os cidadãos são mais dependentes da agricultura e da agroindústria. Todavia, sabe-se que as indústrias sucroalcooleiras, para manterem-se no comando das ações políticas e econômicas do território são sem sombra de dúvidas preferível para os atores hegemônicos do sistema capitalista vigente que estas se instalem em pequenas regiões, isso porque se torna mais fácil manipular os elementos que dela fazem parte, bem como mantê-los alienados ao sistema e

assim extrair deles o produto da sua riqueza, o qual lhe renderá o excedente que é produzido pelas mãos daqueles que trabalham incansavelmente.

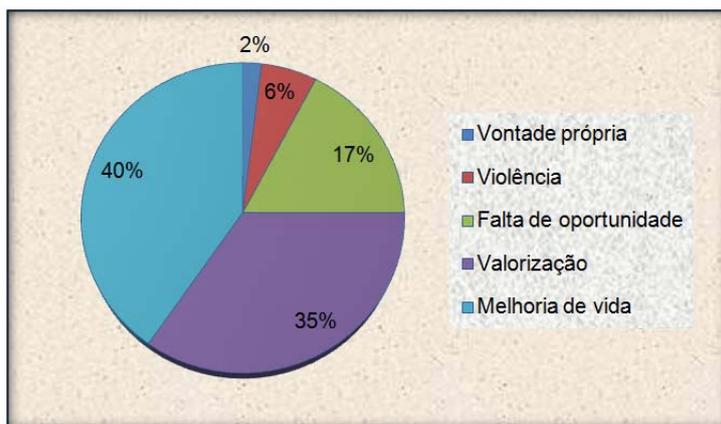


Gráfico 02: Fatores que impulsionam o deslocamento dos trabalhadores temporários em São José da Laje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A priori acreditava-se que a falta de oportunidade seria a principal causa dos fluxos migratórios entre os jovens. No entanto, buscou-se com esse trabalho difundir os conhecimentos acerca dos fluxos migratórios na cidade de São José da Laje, AL. Destarte, chama-se a atenção do poder público local e outras instâncias sociais e governamentais para a implantação de políticas públicas com atividades não agrícolas voltadas para o trabalhador sazonal, o qual recebe o nome pejorativo de boia-fria e que sobremaneira, acaba por diminuir a sua condição de cidadão dada as circunstâncias em que se encontra. De todo o modo, os dados obtidos na pesquisa mostraram-se contrários a essa observação, pois 17% dos entrevistados afirmaram que o motivo que os leva a migrar para outras áreas do país deve-se a falta de emprego no município. Das 52 pessoas entrevistadas observou-se que 35% dos trabalhadores migram em busca de valorização do trabalho, os outros 40% o equivalente a 21 pessoas, responderam que migram em busca de melhores condições de vida. Nada anormal para quem vive em condições de extrema exploração e precariedade do trabalho.

Assim, sem pretensão de finalizar a discussão e por saber que num futuro não muito distante os trabalhadores do corte de cana serão destituídos de desempenhar a sua função social, almeja-se com este trabalho um apelo as autoridades locais para implantar políticas públicas com atividades não agrícolas para o trabalhador sazonal (boias-frias) buscando ao menos dar suporte a estes trabalhadores para que venham a desempenhar outras funções haja vista que a maior parte dos cortadores de cana não dispõe de um grau mais elevado de escolarização, é pensando nisso que se busca também chamar a atenção da população para que seja feito um trabalho conjunto entre a sociedade, às empresas e o governo. Isso por que:

Falta o discurso coerente da cidade, pois o discurso incoerente, fragmentado e analiticamente indigente, já existe. Os próprios intelectuais ainda buscam as variáveis adequadas para escrever essa pedagogia do urbano que codifique e

difunda, em termos didáticos e de maneira simples, o emaranhado de situações e relações com que o mundo da cidade transforma o homem urbano em instrumento de trabalho e não mais em sujeito. Entretanto, todos os dados estão em nossas mãos, para tentar reverter à situação. (SANTOS, 2007, p.161)

Têm-se pelas palavras de Santos (2007) que ainda assim o conhecimento geográfico, especificamente no que concerne “o discurso econômico-social” é minguido diante das situações e circunstâncias em que se encontra o mundo atual.

É nesse sentido que o presente trabalho é também um convite aos geógrafos para que não permaneçam alienados, e ainda assim se mantenham presos à categoria de análise do indivíduo, mas que busquem discutir os problemas socioeconômicos que permeiam o espaço geográfico tendo o homem como instrumento de trabalho, e como um elemento constituinte e fortalecedor do capitalismo.

De todo o modo é necessário que se compreenda que o trabalho proposto nesta pesquisa não teve em nenhum momento a intenção de desconstruir os conceitos acerca do uso do território, mas sim, aprofundar a discussão em torno das redes sociais de migração para assim compreender o processo de desterritorialização sendo um processo que está a serviço do *status quo* das empresas e das sociedades capitalistas.

Ora, como se viu no desenvolvimento do trabalho que o uso do território não é estático, reitera-se que o território é movimento, portanto, cabível a análise aqui pretendida. Assim, advirta-se que a desterritorialização acaba sendo também um uso do território por distintos agentes modeladores do espaço, é nesse sentido que o trabalhador migra porque em maior parte é forçado a migrar e assim, passa a usar o território de outra maneira, frente ao conteúdo normativo, político e econômico deste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, B. K. et al.. **Território, territórios**: ensaio sobre o ordenamento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: 1988.

BRASIL. **Lei nº 10174 de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília: 2003.

CARLOS, A. F. A.. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARVALHO, T. A.. Os trabalhadores do setor sucroalcooleiro. **Revista Viva**, São Paulo, v.33, n.39, p.1-6, 2008.

DIAS, G.. Jornal da poesia: canção do exílio. **Revista Agulha**, 2011.

FERREIRA, A. B. H.. **Miniaurélio século XXI escolar**: o minidicionário da língua portuguesa. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GOMES, C. C.. O lugar no mundo e o mundo no lugar: espaço geográfico como possibilidade. ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13. **Anais**. João Pessoa: 2002.

HAESBAERT, R. et al. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BERTHA, K. B.. **Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MASCARENHAS, J. C.; BELTRÃO, B. A.; JUNIOR, L. C. S.. **Projeto cadastro de fontes por águas subterrâneas diagnóstico do município de São José da Laje – Alagoas**. CPRM/PRODEEM, 2005.

OLIVEIRA, A. M. S.. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. Dissertação (Doutorado em Geografia) – Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2009.

RAFFESTIN, C.. **Por uma geografia do poder**. Ática: São Paulo, 1993.

SANTOS, M.. **Espaço e método**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M.. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, M.. O retorno do território. **Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, v.6, n.16, 2005.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.. **O Brasil: território e sociedade no século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SILVA, J. G.. **De bóias-frias a empregados rurais: as greves dos canavieiros paulistas de Guariba e de Leme**. Maceió: EDUFAL, 1997.

SOUSA, R.. (Re) construindo conceitos: uma análise das principais categorias geográficas. **Interfaces**, v.1, p.93-111, 2007.